



dinheiro (<http://www.dinheirovivo.pt>)

ÚLTIMAS

([HTTP://WWW.DINHEIROVIVO.PT/ULTIMAS](http://www.dinheirovivo.pt/ultimas))

ENTREVISTA ([HTTP://WWW.DINHEIROVIVO.PT/TOPICO/ENTREVISTA/](http://www.dinheirovivo.pt/topico/entrevista/))

HOJE

MAIS VISTAS

([HTTP://WWW.DINHEIROVIVO.PT/MAIS-](http://www.dinheirovivo.pt/mais-vistas)

VISTAS)

**Carvalho da Silva.
“O governo agora
precisa de ser
muito ofensivo**

com Bruxelas”



Manuel Carvalho da Silva, Centro de Estudos Sociais. Foto: Reinaldo Rodrigues/Global Imagens



(<http://www.dinheirovivo.pt/autor/luis-reis-ribeiro/>)

Luís Reis Ribeiro (<http://www.dinheirovivo.pt/autor/luis-reis-ribeiro/>)

30.01.2016 / 00:01

**Coordenador do CES espera que em “dois, três anos” o governo reverta a austeridade.
“Os tecnocratas querem que acreditemos que não é possível crescer”**



**PRÓXIMO
ARTIGO**

(<http://www.dinheirovivo.pt/economia/cesar-admite-modificacoes-certamente-havera-aproximacao-bruxelas/>)

O investigador e coordenador do Centro de Estudos Sociais espera que o governo resista à alta pressão e que em “dois, três anos” a austeridade seja revertida. “Os tecnocratas querem que acreditemos que não é possível crescer”, diz. E insiste várias vezes durante esta entrevista que mais contratação coletiva é crucial para compensar a crescente abrangência do salário mínimo e da precariedade. Foi e continua a ser um dos pontos de embate entre a troika e Portugal.

Carvalho da Silva, um minhoto de 67 anos, é uma cara muito conhecida dos portugueses. Já foi eletricitista, hoje é sociólogo e professor universitário, mas foi como coordenador e secretário-geral da CGTP, a maior confederação sindical do país, afeta ao PCP, que ganhou notoriedade nacional. Liderou os sindicalistas durante 26 anos. Saiu em 2012, o primeiro ano da austeridade da troika.

Um grande amigo seu fez umas contas por alto: Carvalho da Silva terá percorrido dois milhões de quilómetros durante o tempo em que liderou a intersindical. Guiava sozinho. “Sempre ouvi música clássica. Ajuda-me a ficar desperto e a ganhar energia.”

A conversa, na sede do CES em Lisboa

(http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/manuel_carvalho_da_silva.php), durou mais de duas horas. Foi na quinta-feira, um dia depois da chegada da troika a Portugal para a terceira avaliação pós-programa e de ser conhecida a carta da Comissão Europeia a censurar o esboço do Orçamento do Estado para 2016.

Atualmente, até a exemplar Finlândia recebe recomendações para liberalizar mais os mercados de produto, de trabalho. Se até pedem isto à Finlândia, como é que um país como Portugal pode argumentar que não é esta a via?

Acho que não é necessário mais flexibilização e desregulamentação do trabalho embora esses sejam os traços da agenda mundial que domina. Estamos vivendo sob uma prática e uma ideologia profundamente neoliberal que tenta quebrar avanços conquistados pelo compromisso coletivo e também pela valorização do indivíduo nesse coletivo. A nível europeu não temos uma política europeia sustentada no que de melhor foram as práticas quer no plano laboral quer no concreto de desenvolvimento.

Não há um modelo social europeu nesse sentido?

O modelo social europeu está constantemente a ser atacado, há muito tempo. A abertura desta ofensiva pode situar-se em Maastricht [tratado europeu] e a partir daí tornou-se mais intensa, mas tem a ver com todo um contexto mundial que vai no mesmo sentido. E com uma realidade política: hoje não temos um projeto político europeu partilhado em que os cidadãos aparecem em primeiro plano. O que temos é uma união europeia perigosamente dicotómica e utilizando o programa do Partido Popular Europeu a que umas franjas da social-democracia vão dando credibilidade. Mesmo visto de uma perspetiva reformista, não há um projeto europeu equilibrado, de compromisso entre o social, o económico, o cultural e o político. Há sim um plano conservador e neoliberal que as forças referenciadas no espaço do PPE dominam e até utilizando expressões da extrema-direita para aprisionar dos povos.

Os partidos socialistas são coniventes com isso?

Sim, sim. A social-democracia está tremendamente fragilizada. Dentro dela há duas franjas. A da submissão, da inevitabilidade, da construção de uma realidade de subjugação. Esta defende que não há nada a fazer, que o importante é ir gerindo os compromissos em recuo. Mas há uma outra parte que tenta resistir, embora tenuemente.

Um bocado fraco, tendo dimensão do ataque de que fala, não?

Podemos dizer que há alguns sinais de resistência contra isso que têm traços social-democratas, que se cruzam com outros elementos mais à esquerda.

Está a falar de Espanha, Portugal...

São visíveis em Itália, Grécia, Espanha, Portugal...

Diz esquerda, mas há quem lhe chame extrema-esquerda ou esquerda radical.

Em Portugal, muitas dessas forças não são extrema-esquerda coisíssima nenhuma, são afirmações programáticas das típicas agendas social-democratas de há 30 ou 40 anos.

Está mais otimista relativamente a esse equilíbrio em Portugal? Portugal pode aspirar a ser uma verdadeira social-democracia, como diz?

Portugal fez o 25 de abril de 1974, o que para um pequeno país isolado foi muito, um grande passo. Hoje estamos num outro tempo, mais complexo e de mais interdependências. O nosso futuro está profundamente associado àquilo a que for a evolução do conjunto da União Europeia e em particular dos países e dos povos aos quais temos mais proximidade. Espanha, Itália... Não ponhamos de lado a periferia da UE. Se pensarmos bem nisso, chegaremos facilmente à Irlanda, Grécia....

Esta experiência pode ser positiva numa perspetiva que não é, os portugueses não têm ilusões. Não estamos perante uma política do ponto de vista global, estamos sim perante uma tentativa de buscar reposições de algumas perdas do ponto de vista social e de reconquista de mecanismos que possam dinamizar a economia e de menos subjugação perante a EU e essencialmente perante credores e os que nos impuseram políticas injustas.

Mas Portugal não pode, nem deve fazer isso sozinho, certo?

Deve ser feito no nosso espaço concreto e numa busca muito mais intensa de proximidade com outros países para termos força e mudarmos realmente as coisas. Desde que este governo tomou posse, não estamos perante nenhuma mudança revolucionária, os cenários que a direita pintou perante os portugueses de que isto é uma mudança radical... Não é nada disso.

Os “mercados” não podem ser um problema na mesma?

Os mercados não refletem isso, nem os observadores internacionais. Devem estar mais assustados com o que aconteceu no Novo Banco e com o apodrecimento do sistema financeiro, como deviam estar mais preocupados com o atrofiamento que deriva do volume da nossa dívida.

Defende que é urgente mudar o rumo das coisas. Rápida ou lentamente?

É preciso uma política de pequenos passos corajosos. Um progresso tal que vá trazendo sinais de justiça, de dignidade, que gerem esperança e confiança. Muitas vezes usa-se esta expressão: é preciso a governabilidade do possível. Mas quem usa esta expressão acrescenta

logo, em regra, uma série de medos: ah, tem de ser o possível caso contrário somos penalizados, e isto, e aquilo. Eu digo não a essa lógica. O caminho não pode ser esse.

Pequenos passos como? Pode dar exemplos concretos?

Ter consciência dos enredos em que estamos, dos problemas que temos de enfrentar, claro, mas ir assumindo compromissos parcelares em que o primeiro passo suporte um segundo e um terceiro, ganhando a confiança dos cidadãos. Não é ir governando em função dos medos. É criar um sentimento nacional de mais coragem e iniciativa para enfrentar os problemas maiores.

Quais?

A negociação e o nosso relacionamento com a União Europeia. Hoje temos mais interdependências, desde logo nesse sentido.

O governo com o apoio dos três partidos à esquerda – BE, PCP e PEV – está a reverter medidas do tempo da austeridade. Diz que não é radicalismo. São pequenos passos, é isso?

Do meu ponto de vista, sim, embora nem tudo o que foi feito até agora possa ser colocado nessa classificação de forma clara. Essa pergunta suscita-me desde logo uma observação. Temos um governo do PS com o apoio parlamentar desses três partidos. É um governo cujas realizações dependem dele próprio, mas também da conjugação de esforços ao nível da Assembleia da República. O que tem sido feito também vem das propostas e dos compromissos entre os partidos. Isto desafia a que haja toda uma dinâmica na sociedade em que os compromissos da AR tenham reflexo na sociedade, da sua mobilização, em termos de apoio à governação. Que deve ser um apoio crítico. Mas não podemos ficar apenas na questão formal. É preciso que haja sinais para a sociedade, para a envolver nisto. Não é uma coisa fácil porque os partidos disputam espaço entre eles.

Mas voltando à questão... Por ação direta dos partidos, PS incluído, foram desencadeados passos, medidas, como o compromisso do salário mínimo e em áreas sensíveis – como os dois projetos que o Presidente vetou [adoção por casais do mesmo sexo e interrupção voluntária da gravidez] mas onde existe compromisso sério. São sinais muito importantes que, do meu ponto de vista, podem acalmar e gerar mais aproximações de certos sectores. Mas há mais: a questão do horário de trabalho, dos apoios sociais.

Sente que há compromisso de esquerda relativamente à Segurança Social e aos horários de trabalho?

Sim, talvez devesse ir mais longe na Segurança Social. Podemos falar especificamente dos horários de trabalho, sim. Mas há um conjunto de posições que, na perspectiva de reequilíbrio do mercado de trabalho, ainda falta incorporar. Por exemplo, até agora não há ainda sinais de como é que o problema da contratação coletiva se vai resolver. Por outro lado, sabemos que a

agenda dos burocratas europeus vai tentar ir contra qualquer melhoria nestes aspetos que referi. Há aqui uma complexidade enorme na gestão destes desafios, mas julgo que os pequenos passos estão a ser dados.

Nas restantes funções sociais também?

Um dos grandes desafios que se coloca ao país e que o governo tem de interpretar é desencadear um movimento em áreas sensíveis da sociedade, como Trabalho, Saúde, Segurança Social, Justiça, Educação e outras, que não permita que as medidas de exceção e temporárias, em nome da inevitabilidade dos cortes, passem à normalidade.

Está a falar em reverter tudo?

Penso que num curto espaço de tempo, é complicado fazê-lo. Há áreas em que o recuo foi de tal ordem e as armadilhas colocadas são tantas... O enfraquecimento da administração pública criou dificuldades acrescidas para regressarmos às condições que existiam antes, para além da questão da sustentação financeira, claro. Ou seja, havendo consciência de que nem tudo é reversível num curto espaço de tempo, é indispensável que surjam sinais de que as situações de emergência não são a normalidade.

Quanto tempo é demasiado tempo para reverter medidas?

Se deixarmos passar aqui, dois, três anos, haverá uma redução do patamar de desenvolvimento da sociedade portuguesa que se vai projetar por gerações. Esta precaução é fundamental para uma governação nova. A que, aliás, António Costa e Sampaio da Nóvoa aludiram. Um “tempo novo”.

Que medidas podem estar em risco de serem esquecidas?

Aqui no Centro de Estudos Sociais realizámos um estudo, há dois anos, que demonstra que as alterações à legislação do trabalho provocaram uma transferência anual de mais de três mil milhões de euros do fator trabalho para o fator capital. A reposição dos feriados, os horários de trabalho... Este tema é fundamental do ponto de vista estratégico na governação.

A disputa de espaço entre partidos de esquerda complica muito a governação?

Em parte. É importante que o governo não tenha a tentação de fazer as coisas assumindo que é uma bandeira exclusivamente sua e que as forças que o apoiam não se distanciem de tal forma que o povo não perceba o que se está a passar.

Há um impasse na contratação coletiva. Foi bloqueada durante o programa, timidamente desbloqueada no fim deste pelo anterior governo. Os patrões até são favoráveis à ideia, porque pode ser um instrumento de promoção da paz social...

Sim e não (risos).

... e há a questão da baixa densidade sindical. O facto de haver poucos sindicalizados, uma fraca representatividade, não é um argumento poderoso contra a contratação coletiva?

Essa é uma questão base da História do movimento sindical. Os sindicatos quando negociam podem, pontualmente, depender da sua habilidade negocial e da argumentação, mas a sua força efetiva depende da sua representatividade. No âmbito da Organização Geral do Trabalho (instituição no âmbito da ONU), é ponto assente que a contratação coletiva foi, na segunda metade do século XX, o instrumento mais importante e eficaz de distribuição de riqueza à escala global e na promoção da igualdade. Nenhum outro teve tantos efeitos positivos. O trabalho não tem só uma dimensão económica. Tem dimensão social, cultural e política.

Como avalia o aumento do salário mínimo?

Penso que a atualização do salário mínimo teve contrapartidas que não eram necessárias, como a descida da Taxa Social Única em contratações de baixos salários. Um ponto a reter: o SMN abrange cada vez mais gente. A dinâmica de redução dos salários agravada durante o ajustamento levou a uma descida enorme das remunerações. Lembro que Pedro Ferraz da Costa [antigo presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP)] disse que, fruto das primeiras medidas adotadas para combater a crise, os trabalhadores que entravam para ocupar as mesmas funções dos que saíam já estavam a ganhar, em média, 25% menos do que esses que foram substituir.

Há aqui uma situação dramática. Se não houver dinamização da contratação coletiva e combate às precariedades, o salário mínimo nacional tende a tornar-se no salário nacional. Para muita gente, até alunos meus da universidade, é comum a ideia de que o salário que vão receber é o mínimo... Isto vai mal encaminhado. Além da política de dinamização da negociação coletiva, tem de haver política de criação e valorização de emprego.

A contratação coletiva não é uma ameaça à competitividade?

A troika vem com uma agenda de desmantelamento da contratação coletiva, querendo que os acordos se façam apenas ao nível individual das empresas. Isto não tem sentido. No ano passado, o volume de trabalhadores envolvidos na negociação coletiva, e ele cresceu ligeiramente face a 2014, anda nos 400 mil. A negociação sectorial de peso em 2015 ficou concentrada em um ou dois sectores. Na construção civil... E os aumentos salariais nominais rondaram pouco mais de 1%. Como é que os argumentos dos tecnocratas europeus podem ser acolhidos? Como é que isto pode limitar a criação de emprego? Isto é uma aberração.

Mas estávamos a falar da força dos sindicatos, da perda de densidade sindical.

Em Portugal, o número de empresas com organização sindical com capacidade de negociação é muito, muito reduzido. Porque não existe, do ponto de vista efetivo, liberdade sindical plena. Nesse sentido, a ausência de liberdade para os trabalhadores se sindicalizarem... À maior parte, se o fizer, não lhe é renovado o contrato de trabalho. Sindicalizar é visto como uma ameaça à estabilidade.

Onde é mais intenso esse problema? Nos serviços?

Até na Administração Pública! Em geral, existe no senso comum a noção de que vamos tendo aqui as liberdades garantidas, mas do ponto de vista objetivo as condições para o exercício dessas liberdades de organização são profundamente limitadas. E como a precariedade se ampliou muito, as coisas ainda se complicaram mais. E como houve redução da qualidade do emprego, pior. Este é um dos desafios que o Governo tem. Ou consegue romper em relação ao que está a ser forçado na negociação coletiva e responsabilizar os representantes dos patrões e dos trabalhadores no sentido de um acordo, ou então vamos mesmo ficar amarrados a um modelo de baixos salários, sem impulso de desenvolvimento económico no país.

Acha que a contratação coletiva não é prioridade para o Governo? Não deveria ter vindo à cabeça juntamente com as outras medidas já anunciadas? Para não ser esquecida...

Espero que o governo, nestes dias em que está a lidar com as equipas da troika, seja corajoso. E cuidado com as portarias de extensão. Não chega só constatar que o número de abrangidos pela contratação coletiva caiu brutalmente de 1,5 milhões para 400 mil trabalhadores. É que se formos ver os conteúdos da negociação que foi feita neste clima com reflexo em 2015, encontramos uma perda muito grande de direitos. Nas retribuições mínimas, nos horários.

Na construção civil?

Sim, mas há outros. Posso assegurar-lhe que já existe, neste momento, uma perceção clara de que a pouca negociação foi feita num ambiente subjugação dos trabalhadores e resultou em recuos enormíssimos nos direitos. Aliás, aqui há uns anos o atual ministro Vieira da Silva usou uma expressão para isso: negociação em condições de necessidade absoluta dos sindicatos que, para terem um instrumento de proteção dos trabalhadores, vão cedendo e cedendo.

Tem confiança no ministro para resolver esse problema?

Está nas mãos do ministro Vieira da Silva, mas também do Parlamento e dos outros parceiros sociais. Vou-lhe contar um episódio revelador. Durante a vigência do último governo, eu ouvi de dois empresários, numa conversa que tive com esses responsáveis, um deles muito conhecido – não vou dizer o nome – uma afirmação direta para mim nestes termos: “Nós até estamos dispostos a negociar, mas se o fizermos, eles, a nível europeu, cortam-nos os fundos

que prometeram”. E depois disse o valor. Isto é uma chantagem. A atuação destes tecnocratas, que vêm com essa agenda na contratação coletiva e nas outras medidas, é verdadeiramente criminosa.

A redução da TSU não é uma medida que cabe na política de criação de emprego?

Não tem racionalidade essa reivindicação dos patrões. Só tem uma lógica: o corte na TSU por conta da aplicação do SMN incentiva a continuação da progressão do salário mínimo até ao salário nacional. Fala de criação de emprego. E quem é que controla isso? A captação do investimento, o reinvestimento dos resultados? Não há mecanismos para controlar e medir. Essa cedência do governo não tem razão de ser, acho que foi um logro.

Mesmo sendo temporária?

É temporária, não representa muito, há quem fale em 13 a 20 milhões de euros. O problema é que é um sinal da estratégia dos empresários. Eu gostava muito é que os empresários não ficassem presos em reivindicações desse calibre e que apresentassem ao Governo propostas de mobilização de muito mais capital para ajudar a sanear financeiramente muitas empresas que precisam de se recapitalizar para voltarem a funcionar normalmente. Que tivessem uma posição ofensiva e que não se deixassem ficar por essas pequeninas contrapartidas que têm por trás uma estratégia de manutenção da política de salários baixos.

Estão a negociar migalhas ou é assim porque algum grupo económico ou sector específico quer muito essa medida e tem ascendente dentro do governo? Mesmo para uma grande empresa, 13 ou 20 milhões de euros num ano é dinheiro.

Há alguns grupos na grande distribuição, no sector da segurança privada. São esses os grandes interessados nessa contrapartida. Esses poucos milhões vão ser distribuídos de forma desigual. A esmagadora maioria das pequenas e médias empresas, em nome das quais esta medida avança, não usufrui do benefício.

Para a economia crescer, é preciso haver dinheiro disponível e financiamento. Como é que se faz?

Em primeiro lugar, o Estado tem um papel a desempenhar. Seja através da aposta em serviços públicos de qualidade, que geram muito valor para a economia, na contratação nesses sectores, mas também da correta avaliação do sector bancário e da forma como este pode contribuir junto das empresas para a disponibilidade de capital produtivo. Mas, muito importante, é agir junto dos países para que estes tenham melhores condições de captação de investimento.

Ja perguntar-lhe sobre a dívida. É uma barreira nesse sentido?

Totalmente. Tem de se colocar na ordem do dia medidas de requalificação e de reestruturação da dívida. Se por cada 100 euros de riqueza produzida, cinco vão para pagar encargos de dívida, isto não dá margem de manobra às contas públicas. Hoje é claro que hoje vivemos uma situação de disponibilidade financeira à escala global que permite e exige, para além das razões de justiça, que se faça uma reestruturação.

Há formas ligeiras e outras mais litigiosas de o fazer. Está a pensar em quê concretamente?

Depende. Portugal não pode é avançar com isso sozinho. Mas se temos uma dívida de 130% do PIB, a primeira preocupação de modo a haver recursos para o investimento é, com certeza, agir sobre os juros. E depois ver o volume da dívida. O que digo é que existem disponibilidades financeiras ao nível do BCE e não só que permitem mecanismo que resolvem o problema. Mas também se deve pensar sobre agir diretamente sobre as pessoas que precisam, que têm condições de tal forma baixas, que todo o dinheiro que tenham como ajuda passará facilmente para a economia. Temos de repor subsídios de desemprego, descobrir mecanismos para que as pessoas sejam mais ofensivas na procura de soluções para a sua vida, garantindo níveis mínimos de rendimento.

O Governo está a tentar fazer isso?

O pacote que apresenta é tímido. Há sinais, mas são muito pequeninos. O salário mínimo tem grande significado, mas é preciso mais. Eu percebo. Isto advém da dificuldade de negociar com a Comissão Europeia que não tem um projeto virado para as pessoas.

Portugal tem capacidade para reivindicar isso?

Penso que Portugal não está em condições de fazer sozinho uma pega de caras à Comissão Europeia. Mas pode colocar em cima da mesa os factos, pressionar, ganhar apoios junto de outros países. O que tivemos nos últimos anos foi uma negação desta via.

Como vê as atuais exigências da Comissão relativamente ao défice, às contas públicas?

O que estamos a ver agora é patético, para não dizer criminoso, sabendo a pressão que as agências colocam sobre os devedores. Até vemos líderes partidários, como Assunção Cristas, cujo partido [CDS] prometeu reembolsar os contribuintes dos impostos cobrados a mais, toda uma mentira, que agora fazem coro no que de pior os tecnocratas europeus receitam para Portugal. A via é a busca de convergências para uma alternativa e há muita gente, até na direita, disponível para isso.

O que se sabe do OE, o esboço, pode ser concretizado, mesmo desafiando as regras?

O que conhecemos é ainda um esboço do Orçamento de Estado, mas ninguém tem dúvidas numa coisa. Há aqui um desafio para o governo muito delicado que é equilibrar três fatores. A viabilidade orçamental, o suficiente controlo do orçamento; a defesa da justiça social, as tais

medidas emergência que não podem ser o normal; e a dinamização da economia. É o que o governo anda a procurar fazer. Espero que o governo seja muito determinado e mostre uma vontade muito forte perante a Comissão em manter o seu plano. Acho que o Governo agora precisa de ser muito ofensivo, fazer alianças com outros países e não recuar nos pequenos passos que quer dar. Não deve admitir que sejam uns tecnocratas quaisquer a impor-nos um orçamento. A Comissão Europeia assim como as outras forças dominantes na Europa querem que nós em Portugal acreditemos que não é possível crescer de outra forma que não seja pela sua receita de terapia de choque. Toda a campanha que, nestes dias, está a ser feita em Portugal é levar as pessoas a não acreditarem, já está para além daquilo que são as metas objetivas que se podem inscrever no Orçamento. A mensagem é: queremos submissão total.

Questionar isso é compatível com estar na zona euro e na União Europeia?

A Europa tem valores fundamentais. É preciso uma atitude recriminatória perante todas as forças que, neste contexto, estão do lado das agências de rating, dos interesses estrangeiros que vão contra as efetivas necessidades do país. E não somos só nós que estamos nesta posição. Que o exercício para garantir estabilidade financeira, justiça social e dinamização da economia, no contexto em vivemos – de dependências, de encargos de dívida – é muito difícil, isso é inquestionável. Mas tem de ser feito.

O Pacto de Estabilidade é estúpido?

A União Europeia, neste momento, não tem um projeto partilhado em que incorpore os diversos pensamentos políticos que existem. Está dominada pelo programa do PPE – Partido Popular Europeu. Ponto final. E é essa interpretação pura e dura que está a impedir os pequenos, mas urgentes passos, no sentido do progresso. O tratado orçamental, numa perspetiva de médio, longo prazo, pura e simplesmente tem de ser substituído por um novo tratado. Para já, há conteúdos que mereciam ir sendo mexidos. Fazendo outras interpretações, alterando aspetos pontuais. É evidente que a meta do défice de 3% não faz sentido. Como as outras métricas. As regras são o que são com o pressuposto de que os países crescem muito mais do que crescem hoje. Mas, repare-se na subversão, quase tudo o que é feito ou que vem da tecnocracia impede ou dificulta o crescimento, obriga a cortar no Estado Social.

Enviar Comentário

Outras Notícias que lhe podem interessar